

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 04.451.926/0001-54
Belo Horizonte - MG

Horizontes Energia S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A energia produzida pelas PCHs Salto Voltão e Salto do Passo Velho é 100% incentivada e a energia produzida pela PCH Machado Mineiro é 50% incentivada. A energia produzida pela Companhia é comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A usina de Salto Paraopeba está com operação comercial suspensa desde 2011 em função de danos aos ativos em função de enchentes do Rio Paraopeba. A usina vem passando por estudos de ampliação e teve aprovado seu projeto de ampliação pela ANEEL em maio de 2017. O projeto está na fase de estudos de viabilidade econômico-financeira, devido ao elevado investimento necessário.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 25 de abril de 2018, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores, Concessionárias e Permissonárias (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Contas a receber não faturado);
- Nota 7 – Investimentos (Provisão para ativo não recuperável);
- Nota 8 – Imobilizado (Depreciação);
- Nota 12 – Provisões;
- Nota 14 – Receita (fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 17 – Imposto de Renda e Contribuição Social.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício de 2017:

- Alterações ao IAS 12/CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7/CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

2.6 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas em 31 de dezembro de 2017

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.
- IFRS 15/CPC 47 – Receitas de Contratos com clientes - A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o CPC 47/IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base na aplicação retrospectiva modificada, com os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Arrendamento mercantil – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, inclusive os atualmente classificados como arrendamentos operacionais.

A Companhia ainda está avaliando os efeitos da aplicação dessa nova norma e alterações de normas existentes sobre os valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Concessionárias e Permissonárias

As contas a receber de Concessionárias e Permissonárias são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. A Companhia efetua análise individual dos saldos em atraso a fim de avaliar a necessidade de reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

c) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. Nos casos em que não há indenização no final da concessão aos ativos da Companhia, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras.

d) Redução ao valor recuperável

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2017 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

f) Receita

As receitas de suprimento e fornecimento de energia são contabilizadas com base na disponibilidade da infraestrutura (energia assegurada) e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

h) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

2.8 Estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas, julgamentos e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão relacionados a imposto de renda e contribuição social diferidos e vida útil estimada de seu imobilizado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Bancos conta movimento.....	431	301
Aplicações Financeiras.....		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs.....	622	1.014
Operações Compromissadas.....	3.602	5.024
TOTAL.....	4.655	6.339

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, que foi de 75% em 2017 (entre 50% e 105,25% em 2016) conforme operação.

As operações compromissadas consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras,

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2017			2016		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
		58.877	(29.771)	29.106	58.398	(26.377)	32.021
Em Serviço							
Terrenos, O. Cív. Benfeitorias e Edificações.....	5,82	3.715	(1.687)	2.028	3.715	(1.456)	2.259
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	6,04	37.287	(19.180)	18.107	37.226	(16.933)	20.293
Máquinas e Equipamentos.....	5,22	17.848	(8.880)	8.968	17.430	(7.966)	9.464
Veículos.....	14,29	16	(13)	3	16	(11)	5
Móveis Utensílios.....		11	(11)		11	(11)	
Em Curso.....		2.539	-	2.539	1.517	-	1.517
Total.....		61.416	(29.771)	31.645	59.915	(26.377)	33.538

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas e Alienações (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017
Em Serviço	58.398		(3)	482	58.877	479	(29.771)	29.106
Terrenos, O. Cív. Benfeitorias e Edificações.....	3.715	-	-	64	3.715	61	(1.687)	2.028
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	37.226	-	(3)	418	37.287	61	(19.180)	18.107
Máquinas e Equipamentos.....	17.430	-	-	-	17.848	418	(8.880)	8.968
Veículos.....	16	-	-	-	16	-	(13)	3
Móveis Utensílios.....	11	-	-	-	11	-	(11)	-
Em Curso.....	1.517	1.504		(482)	2.539	1.022		2.539
Total.....	59.915	1.504	(3)		61.416	1.501	(29.771)	31.645

notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de, aproximadamente, 6,89% em 2017 (13,64% em 2016) e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo Mariana ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
Aplicações Financeiras Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários.....	39	445
Letras Financeiras - Bancos.....	4.821	9.889
Letras Financeiras do Tesouro.....	11.760	2.620
Debêntures.....	584	987
	17.204	13.941
Não Circulante		
Letras Financeiras - Bancos.....	-	191
Debêntures.....	473	435
	473	626
	17.677	14.567

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras.

Os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variou entre 100,25% e 105,25% em 2017 (entre 100,5% e 105,25% em 2016), conforme operação.

As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Horizontes Energia possuem taxa de remuneração que variou entre 102,1% e 112% do CDI em 2017 (entre 104,25% e 112,7% em 2016).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento - FIC Pampulha possuem taxa de remuneração que variou entre 104,25% e 161,54% do CDI em 2017 (entre 104,25% e 113% em 2016).

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Industrial.....	405	-	17.569	17.974
Suprimento.....	-	2.026	-	2.026
CCEE - Energia de Curto Prazo.....	-	-	90	90
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	-	-	(17.569)	(17.569)
Total.....	405	2.026	90	2.521

A Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para absorver eventuais perdas na realização destas contas a receber.

O saldo constituído de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa decorre de contas a receber de cliente industrial vencido há longa data, para o qual a Companhia encorrou o fornecimento de energia e ingressou com ação judicial para cobrança dos créditos. Adicionalmente, a Companhia mantém negociações com o cliente no intuito de buscar uma solução para a questão.

6. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	2017	2016
Obrigações Fiscais		
PIS/COFINS.....	1.915	1.131
TOTAL.....	1.915	1.131

7. INVESTIMENTOS

Em 19 de julho de 2007, a ANEEL, por meio do ofício nº 1.488/2007 - SFP/ANEEL, autorizou a classificação dos ativos da usina Salto do Paraopeba na rubrica investimento e suspensão da depreciação do ativo em função do problema do assoreamento desta. Com intuito de dar prosseguimento ao interesse de ampliar a potência instalada da PCH Salto do Paraopeba, a Horizontes Energia encaminhou o projeto básico do empreendimento para ANEEL com tabela de Revisão de aproveitamentos. Esse projeto foi aprovado em maio de 2017 e encontra-se em fase de análise de viabilidade econômica, devido ao elevado investimento necessário.

Em função da questão mencionada no parágrafo anterior, a Companhia fez uma provisão, nos anos de 2012, 2014 e 2015, no valor de R\$7.353, referente aos ativos que não serão recuperados e/ou reutilizados quando da ampliação da Usina Salto do Paraopeba.

	2017	2016
Bens e Direitos para uso futuro		
Usina Salto do Paraopeba.....	8.360	8.360
(-) Provisão para redução ao valor recuperável.....	(7.353)	(7.353)
(-) Depreciação Acumulada.....	(1.007)	(1.007)
TOTAL.....	-	-